

Lei de Igualdade Salarial do Chile (Lei 20.348, 2009): Registos Salariais Internos que Não Fecharam o Diferencial

Gender Equality · Boa prática · Chile

Pontuação de qualidade: 48/100

Força da evidência: Moderada

Sumário

A Lei 20.348 do Chile (2009) consagrou o direito à igualdade salarial para 'o mesmo trabalho' e exigiu registo interno de funções em empresas com 200+ trabalhadores; 15 anos depois é considerada ineficaz, com o diferencial perto de 21-27% e um projeto mais robusto no Congresso.

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Transferability / replicability	1/3
Impact on gender equality	0/1
Effectiveness	0/1
Efficiency	0/1
Evaluated outcomes	1/1
Sustainability	1/1
Achievement / evidence	0/1
Gender-mainstreaming embedding	1/1
Curator validation	1/1

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

[C-NAPSE web research](#) — acedido a 2026-09-08

[Dirección del Trabajo \(Chilean Labour Directorate\)](#) — acedido a 2026-09-08

[BioBioChile](#) — ¿Qué dice la ley de igualdad salarial en Chile? — acedido a 2026-09-08

[Crehana](#) — Ley 20.348: ¿cómo promueve la igualdad salarial en Chile? — acedido a 2026-09-08

[Dirección del Trabajo](#) — Ley 20.348 (texto oficial) — acedido a 2026-09-08

Citar — Evidoria. *Lei de Igualdade Salarial do Chile (Lei 20.348, 2009): Registos Salariais Internos que Não Fecharam o Diferencial*. ID persistente: 9317e816-3c65-4543-b97b-a9bf284f6e11.